

Vem a lume o Volume 2, número 1 da **Revista Libertas**, do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto.

É com um misto de alegria e apreensão que publicamos o presente. De um lado, alegria/satisfação de ver a continuidade do trabalho e a intensa procura que a Revista teve para esse número. Apreensão, de outro, pelo momento de retrocesso político-democrático-social pelo qual passa o país.

A **Revista Libertas** está inserida numa linha de pesquisa sobre democracia e constitucionalismo e procura dar publicidade a pesquisas que tratem de temáticas relacionadas a novos direitos e novos sujeitos de direitos. Nesse sentido o presente número abraça a temática e se constitui em manifesto contra retrocessos que se vislumbram no horizonte.

Minorias e sua luta pela inclusão são tratadas nos textos: “**Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória**” – que cuida da questão da mulher, isto é, processos de subalternização e violência –; “**Auxílio Reclusão: Análise do Requisito Econômico a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança**” – para uma reavaliação do benefício previdenciário a partir da lógica da melhor proteção dos direitos das crianças, parte vulnerável em caso de encarceramento do(s) pai e/ou mãe –; o texto “**Lei de Identidade de Gênero: Uma Análise Comparativa da Lei Argentina e o PL 5002/2013 do Brasil**” – que trata da comunidade transgênero fazendo uma comparação entre a lei argentina e o projeto que tramita no Brasil.

Por uma releitura constitucionalmente adequada dos direitos fundamentais em tempos de ameaça de retrocesso dos ganhos já obtidos, os textos: **“Constitucionalismo latino-americano e direito à propriedade: incursões teóricas em direitos fundamentais sob uma nova perspectiva”**; **“A proteção aos defensores dos Direitos Humanos no Brasil”**; **“Dos Requisitos da Prisão Preventiva e a Aplicação de Medida Cautelar Diversa da Prisão”**; **“PL 1411/2015: A temerária tipificação do ‘Assédio ideológico’ ante uma análise de direitos e garantias fundamentais”** e **“A Aplicação Limitada da Reserva do Possível”**.

O texto **“Jurisdição Constitucional e Legitimidade Democrática das Decisões Judiciais: um pouco sobre as decisões do controle de constitucionalidades das leis e sua pretensão de atribuição de eficácia vinculante no estado democrático de direito”** trata de tema atual sobre os limites e os poderes do Judiciário ao produzir decisões vinculantes.

Por fim, mas não menos importante, o texto do Prof. Carlos Bernal (Colômbia), traduzido pela Dra. Graça Freitas, **“Aulas de direito para estudantes ativos”** é uma aula sobre uma pedagogia do ensino do Direito que possa ser capaz de formar cidadãos ativos e críticos diante dos desafios postos nos textos anteriores e em todos os demais que se colocam nesse tempo de desafios que vivemos.

Não podemos deixar de agradecer a dedicação e a competência do **Marcos Eduardo de Sousa**, Auxiliar de Biblioteca do SISBIN e Coordenador do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFOP. Sem a ajuda dele esse número não teria sido possível.

Os Editores